

REVISTA DE HISTÓRIA DAS IDEIAS 14

# DESCOBRIMENTOS, EXPANSÃO E IDENTIDADE NACIONAL



INSTITUTO DE HISTÓRIA E TEORIA DAS IDEIAS  
FACULDADE DE LETRAS

COIMBRA 1992

**SOBRE A HISTORIA DO ESTADO NOVO**  
**Fontes, Bibliografia, Áreas de Abordagem**  
**e Problemas Metodológicos**

Em homenagem ao Prof. Víctor de Sá \* \*\*

1. Talvez seja injusto ser eu — apesar do gosto que tenho em desempenhar este papel, que foi por mim expressamente escolhido — a abordar a temática da historiografia do Estado Novo, neste tão oportuno ciclo de conferências sobre "História Contemporânea Portuguesa", em honra do historiador e do humanista (no sentido mais completo da palavra) Professor Víctor de Sá, a quem dirijo uma saudação de muita consideração e amizade. E digo isto porque vários investigadores apresentaram em universidades portuguesas dissertações de doutoramento dedicadas a temas relacionados directamente com o Salazarismo ou com o período do Estado Novo — onde se encontram amplas bibliografias e referências a núcleos de

\* Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

\*\* Este texto, na sua versão inicial, foi escrito para ser lido no ciclo de conferências de "História Contemporânea Portuguesa", realizado no Porto em 6-7 de Dezembro de 1991, por altura da jubilação do Professor Víctor de Sá. Não pretendeu, por isso, apesar do seu aparato erudito, fazer um levantamento exaustivo de fontes e de bibliografia sobre o Estado Novo, pelo que se pede a compreensão dos leitores para o facto de, com certeza injustamente, não serem aqui referidos alguns autores e obras ou artigos importantes. Apenas se procurou escrever um texto apropriado para a acto, que chamasse, objectiva mas criticamente, a atenção para algumas questões consideradas fundamentais acerca do tema em análise. É com muito gosto que o publicamos agora, com algumas correcções e actualizações, na *Revista de História das Ideias*. De alguma forma esta publicação representa uma homenagem da Revista ao historiador e ao cidadão que tem sido, ao longo da sua vida, o Professor Víctor de Sá.

fontes — que estariam, assim, por certo, em melhor posição do que eu para abordar estas questões. Refiro-me, por exemplo, a Manuel Braga da Cruz (1), César Oliveira, Fernando Rosas (2)... Permitam-me, por isso, e não só — porque obviamente não é de mim que pretendo falar —, iniciar estas minhas reflexões com uma breve narrativa do meu percurso científico.

O meu primeiro trabalho de investigação — realizado nos anos 60, quando a Universidade portuguesa começava praticamente a acordar para os estudos de História Contemporânea — teve como objectivo estudar o Tradicionalismo e a Contra-Revolução no século XIX (3), que considero da maior importância (juntamente com o pensamento "católico", analisado mais tarde por Manuel Braga da Cruz, numa excelente obra publicada em 1980) (4), para entender o grande lastro teórico e ideológico que está na base dos movimentos integralista e "tradicional-fascista" portugueses do nosso século. A consciência que já então tive dessa realidade levaram-me a não mais perder de vista a ideia de um dia vir a estudar, de forma científica, o Salazarismo e o Estado Novo (termos que evidentemente não são coincidentes), o que foi reforçado com a experiência dramática de quase todos os jovens dos anos 60, a dolorosa aventura da guerra do Ultramar, que no meu caso se verificou na Guiné.

Mas não foi por aí que enveredei, quando nos anos 70 entrei para assistente da Faculdade de Letras de Coimbra — era então praticamente impossível abordar tais temas na nossa Universidade. Estudei sim a ideologia política e a teoria do Estado no século XVII, nomeadamente no período da Restauração (5), onde os nacionalismos

C) Aproveito para agradecer ao Prof. Manuel Braga da Cruz o apoio que me tem dado nas minhas pesquisas, nomeadamente com algumas informações muito importantes para este trabalho.

(2) Agradeço também ao Prof. Fernando Rosas algumas reflexões críticas e informações que permitiram corrigir e completar o texto inicialmente escrito.

(3) Esse estudo, que constituiu a minha dissertação de licenciatura, foi apresentado em 1966. Depois de refundido, veio a ser publicado, em 1973, com o título *Tradicionalismo e Contra-Revolução. O Pensamento e a Acção de José da Gama e Castro*.

(4) *As Origens da Democracia Cristã e o Salazarismo*, Lisboa, Presença - G.I.S., 1980.

(5) *Ideologia Política e Teoria do Estado na Restauração*, 2 vols., Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1981-1982. Esta obra constituiu a minha tese de doutoramento, apresentada em 1978.

e os tradicionalismos de todos os matizes vão procurar elementos ideológicos e memoriais importantes para a formação ou para o reforço do seu ideário e da sua prática (recorde-se a esse propósito a importância dos Centenários de 1940). A reflexão científica sobre o "Seiscentismo" — que, sintomaticamente, gerou uma grande polémica ideológica nos anos 20 entre "republicanos" e "integralistas" — não me afastou, portanto, da minha intenção. Antes concorreu para a solidificar (6).

O estudo do Integralismo Lusitano, que entendi como fundamental para a análise da teoria de Salazar e dos salazaristas — salazaristas estruturais ou de conjuntura —, área onde também chegou Braga da Cruz (7), interessou-me de seguida, pelo que cheguei a orientar uma tese de doutoramento nessa temática, no âmbito ideológico-cultural, que infelizmente, por razões de força maior, não foi concluída, embora a investigadora, Olga da Cunha Ferreira, tenha publicado alguns artigos sobre o tema na *Revista de História das Ideias* (8). Entretanto, o meu interesse pela história das instituições em relação com a história das ideias levou-me ao estudo da biblioteca de uma Casa do Povo, uma das instituições típicas do corporativismo e da reprodução ideológica salazarista, trabalho que apresentei, com Amadeu Carvalho Homem, no colóquio "A Formação de Portugal Contemporâneo", organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais, dirigido por Adérito Sedas Nunes, a quem tanto deve a história social e das ideias e que infelizmente desapareceu neste ano de 1991 do número dos vivos, mas que permanecerá sempre na nossa memória.

(b) Vide, na obra anteriormente citada, "Introdução".

O Vide M. Braga da Cruz, "O Integralismo Lusitano e o Estado Novo", *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982, pp. 105-139. Este texto e outros sobre temas conexos foram publicados no livro *Monárquicos e Republicanos no Estado Novo*, Lisboa, D. Quixote, 1986. Ver também, entre os estudos mais recentes, Miguel Esteves Cardoso, "Misticismo e Ideologia no Contexto Cultural Português: a Saudade, o Sebastianismo e o Integralismo Lusitano"; António Costa Pinto, "A Formação do Integralismo Lusitano: 1907-1917"; e Cecília Barreira, "Três nótulas sobre o Integralismo Lusitano: Evolução, Descontinuidade, Ideologia nas Páginas da 'Nação Portuguesa'", in *A Formação de Portugal Contemporâneo, Análise Social*, n.ºs 72-73-74, 1982, respectivamente p. 1399 ss., 1409 ss. e 1421 ss.

(8) "António Sérgio e os Integralistas" e "As Doutrinas do Integralismo Lusitano no Pensamento e na Teoria de Raúl Proença", *Revista de História das Ideias*, respectivamente n.º 5, 1983, pp. 427-469, e n.º 7, 1985, pp. 671-683.

Essa comunicação, que foi depois publicada na revista *Análise Social* (9), constituiu mais tarde um dos capítulos da minha recente, obra *História e Ideologia* (10), onde procurei perscrutar as relações entre a História (entendida lata e complexamente como historiografia, memória e ensino da História) e as ideologias, privilegiando as ideologias tradicionalistas, integralistas, católicas integristas e salazaristas. No mesmo contexto, continuando um trabalho inesgotável, neste ano dedicado ao centenário de Antero de Quental, procurei analisar os modos como o poeta-filósofo foi lido por esse tipo de correntes, a ponto de chegar a ser interpretado como "mestre da Contra-Revolução". Foi esse o tema da minha comunicação no congresso de Ponta Delgada, que será publicada nas actas O<sup>1</sup>) e, numa versão diferente, em próximo número da *Revista de História das Ideias* (12). Nesta linha de pesquisa tomou-se-me clara a importância que a História tem para o Salazarismo e sobretudo procurei descodificar o processo de apropriação por ele exercido no sentido de visionar uma História (quase) perfeita.

Continuando, ainda um pouco mais (se mo permitis), a analisar o meu caminho científico, direi ainda que, no contexto do 7.º Centenário da Universidade, me dediquei, com os meus alunos do último ano da licenciatura, a estudar as relações da Universidade, mormente da Universidade de Coimbra — onde Salazar foi professor e onde foi buscar muitos dos seus principais colaboradores —, com o Estado Novo. Saiu um breve estudo sobre o tema nas actas do congresso então realizado (13), mas o trabalho mais completo está praticamente pronto para publicação (14), como estão três estudos,

O *A Formação de Portugal Contemporâneo, Análise Social, vol. cit.*, p. 1437 ss.

(10) *História e Ideologia*, Coimbra, Minerva, 1989.

(11) "Antero 'Mestre da Contra-Revolução'. Ensaio de Análise das Doutrinas 'Integralistas'".

(12) Na verdade, actualizando esta informação, o artigo foi já publicado. Cfr. "Antero de Quental nas Leituras 'Integralistas'", *Revista de História das Ideias*, n.º 13, Coimbra, 1991.

(13) "A Universidade, a Ditadura e o Estado Novo (1926-1961). Notas de uma Investigação", in *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas*, Coimbra, 1991, vol. 5, p. 401 ss.

(14) A obra, a publicar pela editora Minerva, de Coimbra, na colecção "Minerva-História", terá, em princípio, como título *A Universidade e o Estado Novo*.

que irão ser editados com uma breve nota introdutória da minha autoria (15).

Já quase a finalizar, informarei que estou a orientar três teses de doutoramento sobre a temática salazarista ou com ela conexas: o processo de formação ideológico-cultural do Salazarismo nos Açores, que será abordado por Carlos Cordeiro e que se encontra ainda numa fase inicial; outra, sobre a ideia de Império no Estado Novo e no fim da Primeira República, através do estudo da Agência Geral das Colónias/Agência Geral do Ultramar e das suas publicações, tema que está a ser analisado por José Luís Lima Garcia, da Escola Superior de Educação da Guarda; e uma terceira, neste momento em fase bem avançada, sobre a reprodução ideológica e cultural do Salazarismo no Brasil, que será apresentada pela luso-brasileira Heloísa de Jesus Paulo, mestre pela Universidade Federal Fluminense. Ainda uma outra dissertação de doutoramento que estou a orientar, em colaboração com João Medina, tem de alguma forma relação com as origens e os mitos do Estado Novo — trata-se da tese "Sidónio e o Sidonismo. Realidade e Mito", em que se encontra a pesquisar o investigador e arquivista da Universidade do Minho Armando Malheiro da Silva. Entretanto, no âmbito dos seminários da licenciatura, continuo a dedicar a maior atenção às questões do Estado Novo e do Salazarismo na sua perspectiva sócio-ideológico-cultural, dinamizando vários trabalhos, ao passo que, no mestrado de "História Contemporânea de Portugal", estou a orientar algumas teses e trabalhos sobre a historiografia, a memória histórica e o ensino da História no Estado Novo. Aliás, devo dizer que este mestrado foi inteiramente dedicado à temática da História da História dos séculos XIX e XX e integra-se, de certo modo, num projecto de investigação que três professores de Coimbra, entre os quais me incluo, estão a realizar com outros três professores brasileiros (da Universidade Federal Fluminense e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro) e, talvez proximamente, com professores de Salamanca.

(15) Esses trabalhos constituirão uma colectânea, a publicar pela Faculdade de Letras de Coimbra na "Colecção Estudos", que terá como título *Cultura, Mentalidade e Ideologia no Estado Novo. Ensaios sobre a Universidade de Coimbra*. Os seus autores e títulos são os seguintes: Nidia Gregorio, "Subversão e Repressão na Universidade no início do Estado Novo: Dois Casos Exemplares", Álvaro Garrido, "Coimbra e as Imagens do Cinema no Estado Novo", e Pedro Lopes, "Coimbra, Tradição e Desporto. A Questão do '40 900'".

2. Perdoem esta "auto-biografia científica", que por certo vos terá parecido inoportuna e até pretenciosa. Porém, apesar da justiça dessa aparência e de ela ter sido apresentada a propósito (ou a despropósito) de uma justificação — de ser eu e não outro investigador mais qualificado a abordar este tema, por mim próprio escolhido — teve na minha intenção outros objectivos, que me pareceram pertinentes e indiscutivelmente importantes:

1 Revelar uma espécie de introspecção, em termos de ego-história, de um investigador deste tema, que deixou de ser tabu (tê-lo-á deixado em todo o sentido?) para passar a ser um objecto científico, depois de ter sido, por assim dizer, um tema militante.

2? Mostrar o interesse, talvez por muitos desconhecido, que a minha escola, e alguns investigadores de outras escolas que com ela têm trabalhado, dedica actualmente ao estudo do Estado Novo e do Salazarismo, onde — deve dizer-se — têm pontificado sobretudo investigadores de Lisboa (que, de resto, têm mais à mão muitas das fontes de pesquisa), com alguns dos quais temos vindo a manter as melhores relações pessoais e científicas.

3. - Evidenciar a preocupação que alguns investigadores têm por estudar, de forma sistemática, temas de história das ideias — ou de história ideológico-cultural —, que talvez seja uma das áreas mais deficitárias no âmbito dos trabalhos sobre o Estado Novo e o Salazarismo.

Salientar a importância e a urgência em comunicarmos as nossas zonas de trabalho, para que se não verifiquem repetições de pesquisa, que só trazem inconvenientes de natureza científica, institucional e pessoal. Esta conclusão é, de resto, válida para qualquer área de investigação, devendo caber a um órgão central de coordenação de investigação científica — ao I.N.I.C., que, não sei por que artes do diabo, parece estar em vias de desaparecer, ou a outro quejando — organizar nesse sentido um completo banco de dados.

3. A "História Contemporânea" foi em Portugal, como se sabe e conforme o procurei demonstrar num capítulo do meu livro *História e Ideologia*, a propósito da Revolução Francesa <sup>(lb)</sup>, uma área tabu, até cerca dos anos 60. Na Universidade só a partir de então se iniciou, de forma por assim dizer mais sistemática, mas sempre com grandes

<sup>(lb)</sup> "O Lugar da 'Época Contemporânea' no Ensino da História em Portugal", in *ob. cit.*, cap. V.

precauções, o seu estudo, embora ainda praticamente circunscrito a temas do século XIX. Já fora da Universidade — da Universidade portuguesa, entenda-se — é mais precoce a sua análise, desenvolvendo-se uma série de estudos (alguns que foram apresentados como teses de doutoramento em universidades estrangeiras), onde por vezes está subjacente, como é natural, uma certa preocupação militante. O Professor Vítor de Sá encontra-se nessa barricada de heroica resistência — não é de mais sublinhá-lo, numa altura em que nos juntamos para muito justamente o homenagear.

Quanto ao estudo do Estado Novo e do Salazarismo, obviamente só poderia ter significado depois de 1974. Inclusivamente o seu ensino é bastante tardio nas universidades, pelo menos naquela onde sou professor, em que só se começaram a leccionar tais matérias no final da década de 80, isto é, cerca de quinze anos após a Revolução de Abril.

No entanto, ultrapassando as obras de regime sobre Salazar e sobre o Salazarismo, que são, todavia, da maior importância como fontes, não só para conhecer os factos, mas em especial para conhecer as imagens que o sistema tinha de si próprio — alguns alunos que oriento estão a trabalhar segundo esta metodologia de análise —, deve lembrar-se aqui uma primeira tese que foi escrita, em pleno Estado Novo, sobre o pensamento político de Salazar, que raramente é citada, por desconhecimento ou pelo facto de se detectar nela, o que é natural, alguns traços de uma ideologia católica-salazariana. Trata-se da dissertação de doutoramento, apresentada na Universidade Gregoriana de Roma, por António José da Silva Saraiva, que mais tarde veio a ser bispo de Coimbra. Intitula-se exactamente *O Pensamento Político de Salazar* e veio a ser publicada em Coimbra em 1953<sup>(17)</sup>. É, seja como for, a primeira tentativa para analisar esta questão de maneira "imparcial" — no dizer do autor — numa obra académica. E deve dizer-se que continua a faltar uma obra sistemática e profunda sobre o estudo da ideologia e da prática de Salazar, apesar do "ensaio modesto" de Jorge Campinos, escrito no exílio e logo traduzido para português em 1975<sup>(18)</sup>, de alguns ensaios de João Medina sobre o relacionamento complexo de Salazar com os fascistas

(17) J. Silva Saraiva, *O Pensamento Político de Salazar*, Coimbra, Coimbra Editora, 1953.

(18) *Ideologia Política do Estado Salazarista*, Lisboa, Portugália, 1975.



e os tradicionalistas estrangeiros <sup>(19)</sup>, dos estudos de Manuel de Lucena sobre o corporativismo <sup>(20)</sup> e de Manuel Braga da Cruz sobre as origens do pensamento de Salazar, no que respeita ao pensamento "católico" e ao Integralismo, sem o que não é possível entender verdadeiramente as suas ideias e a sua *praxis*, que se detectam, entre muitas outras fontes, nos *Discursos*, publicados pelo próprio Salazar a partir de 1935 <sup>(21)</sup>.

Um contributo também fundamental para essa análise situa-se numa área conexas — o estudo da personalidade de Salazar, integrada no seu tempo. Neste caso há uma zona onde a monografia se confunde com a fonte. Não nos queremos tanto referir aos livros sobre "o homem e a sua obra" escritos no tempo salazarista, dois dos quais, os mais importantes, o de António Ferro <sup>(22)</sup> e o de Christine Gamier <sup>(23)</sup>, tiveram como base entrevistas famosas. Aqui, estamos apenas, indiscutivelmente, perante preciosas fontes <sup>(24)</sup>. Referimo-nos sim ao clássico "estudo biográfico" de Franco Nogueira, que foi um dos ministros de Salazar <sup>(25)</sup>. É, como se sabe, uma obra de consulta obrigatória, por mais reservas que em relação a ela possamos ter, como o são — noutra modalidade — as memórias, as intervenções, os registos de opinião ou a correspondência de diversas personalidades (algumas delas só muito recentemente publicadas), como as de Pedro Theotónio Pereira, Mário de Figueiredo, Cabral Moneada, Santos Costa ou Craveiro Lopes e, numa outra sintonia, de Ivens Ferraz, Cunha Leal ou Humberto Delgado. Além disso, há que aproveitar, ainda enquanto é tempo, alguns testemunhos orais, dado que outros se perderam lamentavelmente, embora se saiba que

<sup>(19)</sup> *Salazar em França*, Lisboa, Ática, 1977, e *Salazar e os Fascistas*, Lisboa, Bertrand, 1978.

<sup>(20)</sup> *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, vol. I, "O Salazarismo", e vol. II, "O Marcelismo", Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1976.

<sup>(21)</sup> *Discursos e Notas Políticas*, 6 vols. Coimbra, Coimbra Editora, 1935-1967. Também se publicou um volume de entrevistas: *Entrevistas. 1960-1966*, Coimbra, Coimbra Editora, 1967.

<sup>(22)</sup> *Salazar. O Homem e a sua Obra. Com um Prefácio de Oliveira Salazar*. Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

<sup>(23)</sup> *Férias com Salazar*, Lisboa, Parceria António Maria Pereira, 1952. Seguiram-se depois várias edições.

<sup>(24)</sup> Veja-se a vasta lista desse tipo de obras na "Cronologia Comparada" apensa à obra de César Oliveira, *Salazar e o seu Tempo*, Lisboa, O Jornal, 1991, p. 107 ss.

<sup>(25)</sup> *Salazar*, 6 vols., Coimbra/Porto, Atlântida/Civilização, 1977-1985.

se trata de urna fonte a ser manuseada com imensas cautelas. O recente estudo do jovem historiador Jorge Ramos do Ó, *O Lugar de Salazar* (26), e *Salazar e o seu Tempo*, de César Oliveira (27), ambos entendidos pelos próprios autores como ensaios, são, no entanto, óptimos pontos de partida para estudos biográficos de maior vulto, a comprovar que as análises de figuras históricas não são, nem nunca foram, como em certo tempo esteve na moda dizer, uma linha historiográfica ultrapassada.

A caracterização do sistema político salazarista, com referência ao conceito-base de "Fascismo", tem constituído outro tema de análise. A questão tem merecido longas reflexões teóricas e proporcionado um verdadeiro debate, não isento de pressupostos ideológicos militantes e que, em certos casos, é, a meu ver, pautado por considerações sócio-políticas demasiado abstractas. As proporções deste debate são tais que os últimos estudos sobre o tema foram ao ponto de ter de estabelecer uma tipologia das várias posições em presença, que produziram em certos casos juízos dúbios e confusos (28). No entanto, o problema começou a ser levantado — lá fora foi-o bem antes (29) com toda a clareza, embora, admitimo-lo, de forma discutível, por Manuel de Lucena. Na sua obra *A Evolução do Sistema Corporativo Português*, publicada em 1976, ainda que a versão francesa date de 1971 (30), Lucena pronunciou a afirmação, que quase se tomou clássica, de que "o salazarismo é um fascismo sem movimento fascista", procurando apenas estabelecer uma comparação do Salazarismo com o Fascismo Italiano e evitando o alargamento demasiado do

(26) *O Lugar de Salazar. Estudo e Antologia*, Lisboa, Alfa, Testemunhos Contemporâneos, 1990.

(27) Vide *supra* nt. 24.

(28) Vide *Vértice*, Abril de 1989, "Em Questão: Salazar e os Fascismos". Cfr., nomeadamente, Fernando Rosas, "Cinco Pontos em torno do Estudo Comparado do Fascismo".

(29) A questão começou a ser levantada no estrangeiro, pelo menos no final dos anos 60, tendo nela participado vários autores portugueses e estrangeiros, como Herminio Martins, Phillip Shmitter, Stanley Payne, etc. Aliás, nas várias obras que abordaram numa perspectiva geral o "Fascismo", mais ou menos recentes e de diversos autores, tais como Renzo de Felice, Pierre Milza ou Enzo Colloti, o problema tem sido, directa ou indirectamente, equacionado.

(30) A obra constituiu uma "*mémoire de fin d'études*" apresentada, em França, em 1971, no Institut de Sciences Sociales du Travail.

conceito (31). Manuel Braga da Cruz, mais tarde, na sua tese de doutoramento publicada em 1988, estabeleceu uma distinção entre o autoritarismo fascista e o autoritarismo conservador, aproximando mais o Salazarismo deste último (32). Todavia, não foi esta a opinião mais comumente manifestada, quer no primeiro colóquio que sobre o tema se realizou — intitulado, sintomaticamente, "O Fascismo em Portugal" — quer numa colectânea de estudos publicada em 1989 na revista *Vértice*, onde, a meu ver, se destaca, pela sua clareza, o artigo de Luís Bensaja dei Schirò (33). A questão — que se tomou cada vez mais complicada depois do congresso de 1986 sobre o Estado Novo, em que sobre o assunto apresentaram as suas teses alguns investigadores estrangeiros (34) — voltou a ser equacionada em termos de síntese por António da Costa Pinto, nesse mesmo ano de 1989, parecendo concluir que o debate não teve um grande esclarecimento, apesar dos apontamentos dos novos historiadores (35).

A minha opinião é que — sem com esta afirmação querer negar a sua importância — se trata de uma questão um pouco académica, a ser até certo ponto ultrapassada, como o foi o debate clássico sobre a existência do Feudalismo em Portugal ou a célebre discussão marxista da "Transição do Feudalismo para o Capitalismo". Pela minha parte, embora reconhecendo o sentido ambíguo e até demasiado abrangente do termo "fascismo", a ponto de por vezes chegar a pôr em causa a sua utilização como conceito científico operatório, pelo menos se não o utilizarmos com as devidas cautelas e não o procurarmos definir e delimitar tanto quanto possível, não tenho grandes problemas em utilizar o termo para o caso português, entendendo, todavia, que, para podermos caracterizar com o devido rigor o Estado Novo e o Salazarismo, teremos de proceder a investigações sistemáticas sobre o tema, que só agora estão no seu começo.

(31) *Ob. cit.*, vol. I, pp. 28-87.

(32) Cfr. *O Partido e o Estado no Salazarismo*, Lisboa, Presença, 1988, sobretudo pp. 28 ss. e 251 ss.

(33) "Apontamentos para uma integração do Fascismo Salazarista no Fascismo Europeu", in *revista cit.*, p. 83 ss.

(34) Vide in *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia*, vol. I, Lisboa, Fragmentos, 1987, sobretudo os seguintes artigos/comunicações: Stuart Woolf, "Fascismo e Autoritarismo: em busca de uma Tipologia do Fascismo Europeu", e Stanley Payne, "A Taxonomia Comparativa do Autoritarismo".

(35) "O Salazarismo e o Fascismo Europeu: os Primeiros Debates nas Ciências Sociais", in *Salazar e o Salazarismo*, Lisboa, Dom Quixote, 1989, p. 153 ss.

De qualquer forma, julgo que quando se tornar a analisar a questão — o que não vale a pena fazê-lo nos tempos mais próximos — ela deverá ser pensada de baixo para cima, isto é, deverá procurar caracterizar-se o Estado Novo e o Salazarismo tendo como referencia o conceito ou os conceitos de "fascismo" e não partir prioritariamente deste conceito, com a finalidade de excluir ou incluir aqueles na sua categoria conceptual. Por outro lado, na análise do Estado Novo e do Salazarismo — distinguimos os conceitos, como o temos feito até aqui, porque um deles tem um sentido mais institucional e outro um sentido mais ideológico, cultural e comportamental — deveremos ter em conta a distinção entre o que efectivamente foram e o que eles próprios quiseram parecer ser, entre a sua realidade e a sua própria imagem, ainda que saibamos à partida que o "ser" e o "parecer" por vezes se confundem e fazem parte da própria *realidade*. Introduzimos já esta prevenção metodológica apenas porque julgamos que essa confusão de conceitos é uma das causas do debate e o motivo por que, partindo de pressupostos idênticos mas diferentemente encarados, se pode chegar a conclusões bem diversas. Por outras palavras, o sistema salazarista tem, evidentemente, as suas tipicidades naturais — mas até que ponto elas são reais ou imaginadas e até que ponto elas são suficientemente fortes para que se justifique, ou não, que o arrumemos numa categoria diferente do "fascismo", para utilizarmos talvez outra categoria ainda mais ambígua e mais atemporal, como é o conceito de "autoritarismo", mesmo que também o procuremos depois delimitar?

4. Devemos entrar numa outra era de investigação relativamente ao Estado Novo e ao Salazarismo, procurando realizar, no seguimento de algumas interessantes experiências, pesquisas sistemáticas sobre áreas demarcadas, se possível através de equipas e no âmbito de mestrados e doutoramentos orientados. De resto, este trabalho está já a ser efectuado, pelo menos em algumas universidades e centros de pesquisa, embora seja limitado o conhecimento que dele se tem por parte da comunidade científica. Poderá, pois, dizer-se que está completada uma primeira fase de aproximação ao tema e urge entrar na fase seguinte.

Na verdade, não se pode dizer que nestes últimos decénios se tenha descurado o estudo do Estado Novo e do Salazarismo. Dois colóquios, de que já falámos, foram-lhe inteiramente dedicados: um deles, realizado em Março de 1980 na Faculdade de Letras de Lisboa,

teve como título "O Fascismo em Portugal" (36); o outro, que se efectuou em Novembro de 1986, teve uma temática mais limitada e evidenciou, por outro lado, preocupações de maior rigor científico — organizado por uma comissão composta por vários docentes e investigadores de instituições de ensino superior de Lisboa e Évora e apoiado por uma comissão científica, teve como título "O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959" (37). Ainda um terceiro colóquio, a que também já fizemos referência, incluiu a temática do Estado Novo, embora tivesse uma maior latitude: tratou-se do encontro "A Formação de Portugal Contemporâneo. 1900-1980", organizado pelo Gabinete de Investigações Sociais e realizado em Dezembro de 1981 (38). Pode dizer-se que, desta forma, se iniciou em Portugal um trabalho de pesquisa científica sobre esta temática, nos seus variados aspectos, político, económico, social, institucional, cultural, mental, etc., que abriu caminho a obras de maior fôlego, possibilitando, por outro lado, os encontros iniciais de investigadores contemporâneos do século XX.

As histórias gerais de Portugal têm-lhe dedicado, por outro lado, um lugar próprio. Assim o fez a *História de Portugal* de Oliveira Marques — publicada, especialmente para os estudantes, em 1973, embora tivesse tido uma versão americana datada de 1970 — que apresentou pela primeira vez, numa obra deste tipo, uma visão crítica descomprometida do regime (39). O mesmo não se poderá dizer, porém, da vulgarmente chamada "história de Barcelos", cujo segundo suplemento, inteiramente dedicado ao período de 1933 a 1974, ali sintomaticamente intitulado "Segunda República", foi escrito por Franco Nogueira, apresentando-se, por isso, apesar de uma aparente intenção de objectividade — concretizada através de um processo descritivo de certo valor quanto à informação, onde, todavia, se notam significativos silêncios —, como uma história justificativa do regime (40). Mas, curiosamente, já não é essa a orientação da *História de*

(36) As actas foram publicadas em *O Fascismo em Portugal*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1982.

(37) *O Estado Novo. Das Origens ao Fim da Autarcia. 1926-1959*, 2 vols., Lisboa, Fragmentos, 1987.

(38) *A Formação de Portugal Contemporâneo*, 2 vols., in *Análise Social*, n.ºs 72-73-74, Lisboa, 1982, e n.ºs 77-78-79, Lisboa, 1983.

(39) *Historia de Portugal*, vol. II, Lisboa, Palas Editores, 1973, cap. XIII. A obra teve depois outra edição em 3 volumes.

(40) *História de Portugal*, II Suplemento, Porto, Civilização, 1981.

*Portugal* das Publicações Alfa, dirigida também por um antigo ministro de Salazar e de Marcello Caetano, José Hermano Saraiva, obra que, de resto, teve uma colaboração, científica e ideologicamente, muito diversificada. Na verdade, o capítulo central sobre o Estado Novo — ou sobre a "Segunda República", como o autor também lhe chama — é escrito pelo próprio coordenador e, no entanto, não se poderá dizer que seja, no seu tom geral e simplificado, uma leitura "de regime" (41).

Para além destas histórias gerais de Portugal, e ainda de algumas outras que poderiam aqui ser citadas, devem referir-se também as histórias gerais mais cronologicamente circunscritas ao período contemporâneo. É o caso da relativamente pouco conhecida, por razões editoriais, *História Contemporânea de Portugal*, dirigida por João Medina. Embora não se trate de uma obra de elaboração original muito rica, tem a qualidade de despertar a atenção para várias fontes fundamentais no estudo do Estado Novo e do Salazarismo, bem como para uma série variada de temas que podem vir a ser desenvolvidos pelos historiadores das diversas áreas (42). Aliás, João Medina tem orientado várias dissertações nesses campos. Por sua vez, a obra *Portugal Contemporâneo*, dirigida por António Reis, publicou já, no seu volume 5, a parte referente ao período que se segue a 1958, que é, sem dúvida, a fase menos característica do regime. Obra de colaboração conjunta e diversificada, aparece como a primeira tentativa de abordar o sistema salazarista-marcelista, em processo de desagregação, de forma variada e especializada (43).

Pode dizer-se, portanto, que até ao momento foram lançadas, com melhor ou pior qualidade, as sugestões básicas de uma historiografia que deve agora aprofundar e estudar sistematicamente áreas circunscritas, pois — não nos devemos iludir — a segunda grande fase de investigação sobre o Estado Novo e o Salazarismo está apenas no seu início.

Alguns trabalhos pioneiros sobre o 28 de Maio, e sobre os seus antecedentes, de Oliveira Marques, Jorge Campinos, Fernando

(41) Cfr. *História de Portugal, 1640-Actualidade*, Lisboa, Alfa, 1983, sobretudo pp. 538 ss.

(42) *História Contemporânea de Portugal, "Estado Novo"*, 2 vols., Lisboa, Amigos do Livro, 1985.

(43) *Portugal Contemporâneo*, vol. 5 (1958-1974), Lisboa, Alfa, 1989.

Medeiros, Arnaldo Madureira, César Oliveira, Fernando Rosas <sup>(44)</sup>, já esclareceram algumas questões conjunturais e estruturais que estão na base do Estado Novo e do movimento salazarista. Por sua vez, a dissertação de doutoramento de César Oliveira, e uma outra obra também da sua autoria que a antecedeu, já analisaram de forma sistemática as relações políticas de Portugal com a Espanha durante a Guerra Civil e no tempo da Segunda República <sup>(45)</sup>, ao passo que a tese de Fernando Rosas e as obras de António Telo, a primeira mais do ponto de vista económico e as outras mais numa perspectiva político-estratégica, esclareceram-nos sobre o lugar do Portugal salazarista durante a Segunda Guerra Mundial, assim como uma série de estudos de vários autores em livro publicado em 1989 <sup>(46)</sup>. As questões de política conjuntural, embora supondo, evidentemente aspectos de natureza estrutural, estão, pois a ser satisfatoriamente analisadas. Há, porém, uma vasta série de momentos a esclarecer numa perspectiva historiográfica, entre os quais talvez não seja ocioso destacar os casos das eleições, que supõe o estudo da ideologia e da prática da "oposição" ou das "oposições" <sup>(47)</sup>, e da chamada "Guerra Colonial", ou das "Campanhas de África" — como a apelida uma obra "oficial", de que saíram vários volumes, com a chancela do Estado Maior do

<sup>(44)</sup> Cfr. A. H. Oliveira Marques, *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, Lisboa, Dom Quixote, 1975, *O General Sousa Dias e as Revoluções contra a Ditadura*, Lisboa, Dom Quixote, 1975, e *A Literatura Clandestina em Portugal. 1926-1932*, 2 vols., Lisboa, Fragmentos, 1990; Jorge Campinos, *A Ditadura Militar*, Lisboa, Dom Quixote, 1975; Fernando Medeiros, *A Sociedade e a Economia Portuguesas nas Origens do Salazarismo*, Lisboa, A Regra do Jogo, 1978; Arnaldo Madureira, "O 28 de Maio". *Elementos para a sua Compreensão*, 2 vols., Lisboa, Presença, 1978 e 1982; César Oliveira, *A Preparação do 28 de Maio*, Lisboa, Moraes, 1980; Fernando Rosas, *O Estado Novo nos Anos 30*, Lisboa, Estampa, 1986.

<sup>(45)</sup> *Portugal e a II República de Espanha — 1931-1936*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1985, e *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, 1987.

<sup>(46)</sup> Fernando Rosas, *Portugal entre a Paz e a Guerra. 1939-1945*, Lisboa, Estampa, 1990; António Telo, *Propaganda e Guerra Secreta em Portugal. 1939-1945*, Lisboa, Perspectivas e Realidades, 1991, e *Portugal na Segunda Guerra (1941-1945)*, vol. I, Lisboa, Vega, 1991, e Maria Carrilho, Fernando Rosas e outros, *Portugal na Segunda Guerra Mundial. Contributos para uma reavaliação*, Lisboa, D. Quixote, 1989.

<sup>(47)</sup> Destaque-se o estudo de D. L. Raby, *Fascism and Resistance in Portugal. Communists, liberals and military dissidents in opposition to Salazar, 1941-74*, Manchester University Press, 1988. A obra foi traduzida para português e publicada pela editora Salamandra, de Lisboa.

Exército <sup>(48)</sup> —, que implica, naturalmente, uma vasta análise, já em parte iniciada, da política ultramarina e afinal da política mundial... Enfim, ainda que as temáticas de política interna e externa tenham sido já em parte cientificamente abordadas, há que prosseguir um trabalho iniciado.

Quanto às questões financeiras, económicas e sociais do Estado Novo, também atingiram uma certa expressão historiográfica. Os trabalhos publicados ou por publicar — alguns que constituíram teses de mestrado ou de doutoramento ou outras provas académicas — de Nuno Valério, Daniel Bessa, José Maria Brandão de Brito, João Adolfo Loureiro, Sacuntala de Miranda, Ana Bela Nunes, Maria de Fátima Patriarca, entre outros, revelam já um estágio avançado a que se chegou <sup>(49)</sup>. Para tal, os economistas e sociólogos conhecedores dos métodos de investigação historiográfica e os novos historiadores de história económica e social poderão continuar a dar um contributo essencial. A minha experiência — mero exercício de pesquisa e reflexão — do estudo das classes dirigentes em relação com a Universidade <sup>(50)</sup>, leva-me a concluir como se torna complexo e interdisciplinar este tipo de análise.

As áreas institucionais e jurídicas terão igualmente de merecer

<sup>i48)</sup> A obra começou a ser publicada em 1988, intitulado-se o primeiro volume *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África*.

<sup>(49)</sup> Nuno Valério, *As Finanças Públicas Portuguesas entre as duas Guerras Mundiais*, dissertação de doutoramento apresentada ao I.S.E.G. da Universidade Técnica de Lisboa, 1989, e *A Moeda em Portugal, 1913-1947*, Lisboa, Sá da Costa, 1984; Daniel Bessa, *O Processo Inflacionário Português*, Porto, Afrontamento, 1988; José Maria Brandão de Brito, *A Industrialização Portuguesa no Pós-Guerra (1948-1965)*, Lisboa, D. Quixote, 1989; João Adolfo Loureiro, *Economia e Sociedade. A Indústria no Após Guerra, Anos 50 e 60*, Lisboa, Cosmos, 1991; Sacuntala de Miranda, *Portugal: o Círculo Vicioso da Dependência*, Lisboa, Teorema, 1991; Ana Bela Nunes, *População Activa e Actividade Económica em Portugal dos finais do século XIX à Actualidade*, dissertação de doutoramento apresentada no I.S.E.G. da Universidade Técnica de Lisboa, 1989; Maria de Fátima Patriarca, *Processo de Implantação e Lógica e Dinâmica de Funcionamento do Corporativismo em Portugal — os Primeiros Anos do Salazarismo*, dissertação para efeitos de provas de acesso a Investigador Auxiliar do I.C.S. da Universidade de Lisboa, 1990.

<sup>(50)</sup> Sobre este tema, apresentei, neste ano de 1991, nos cursos de Verão da Universidade Complutense, realizados no Escorial, a comunicação "A Universidade e a Classe Dirigente durante o Estado Novo Português", que está em vias de publicação.



uma atenção mais sistemática. É certo que o corporativismo já foi objecto de estudos interessantes, não só os de Manuel de Lucena, realizados no estrangeiro, mas também os de Direito Corporativo, que foi, de resto, leccionado nas faculdades de Direito. No entanto, importa agora analisar especificamente as várias instituições corporativas numa perspectiva "social", envolvendo, assim, os diversos aspectos que a sociedade supõe, e não meramente numa perspectiva jurídica formal. E o mesmo se poderá dizer relativamente a questões de natureza constitucional, e de outras áreas de direito, que foram também objecto de análises no âmbito de disciplinas próprias nas mesmas faculdades. Não importa obviamente conhecer apenas o "espírito formal" da Constituição de 1933; é fundamental, sobretudo, conhecer a sua "arqueologia" e saber se e como a Constituição foi ou não cumprida.

Aspectos como estes levam a interrogar-nos sobre o funcionamento de instituições como a Assembleia Nacional e a Câmara Corporativa, trabalho que, de resto, deve estar a ser programado no âmbito dos projectos da Comissão de História do Parlamento, da Assembleia da República. Algumas aproximações ao tema foram já feitas por Manuel Braga da Cruz, na sua importante dissertação de doutoramento sobre *O Partido e o Estado no Salazarismo*, que analisa especialmente a União Nacional. Mas, mesmo neste âmbito, muitas questões ficaram de fora, visto que o autor teve de construir uma tese de natureza sociopolítica, que o afastou de uma série de problemas que a história do "partido do Salazarismo" (partido que se assume como "não partido") implicariam. E quantos trabalhos sobre as instituições do regime estão por fazer? — Trabalhos que suscitam importantes e desapaixonadas reflexões sobre os mecanismos da política corporativa ou da repressão e da reprodução ideológica: sobre a P.I.D.E./D.G.S., ou pelo menos sobre alguns dos seus processos, a Censura, a nível geral e local, a Mocidade Portuguesa (sobre a qual estão a ser realizados trabalhos), a Legião, o S.P.N./S.N.1. (que vai ser objecto de análise, em termos comparativos com a instituição similar do Estado Novo brasileiro, o D.I.P., Departamento de Imprensa e Propaganda, pela investigadora Heloísa Paulo) <sup>(51)</sup>, as

<sup>(51)</sup> O ensaio de Heloísa Paulo, que vai ser publicado na colecção "Minerva- História", intitular-se-á "*Estado Novo*" e *Propaganda. O SPN/SNI e o DIP*.

instituições de assistência social <sup>(52)</sup> e de apoio aos tralhadores (como a F.N.A.T., as Casas do Povo ou as Casas dos Pescadores), etc. A outro nível das instituições, torna-se fundamental estudar a Igreja e as Forças Armadas, para entender verdadeiramente qual foi o seu papel no Estado Novo e no Salazarismo, em termos de poder e de contra-poder. À volta do primeiro tema, tão rico em fontes (para além daquelas a que não é possível ter acesso) e que suscita uma grande variedade de problemas, foi já apresentada uma dissertação de doutoramento na Universidade de Estrasburgo, que foi depois publicada em Portugal, em 1990, com o título *O Olho de Deus no Discurso Salazarista* <sup>(53)</sup>. Trata-se, todavia, de um trabalho de grande esquematização sociológica, demasiado encadeado — como o próprio autor, Moisés de Lemos Martins, o confessou — pelos modelos teóricos de Foucault, e que, a nosso ver, não foi servido por uma investigação profunda, que o tema necessariamente exigia. Acerca do segundo, para além de alguns ensaios, como o de Douglas L. Wheeler <sup>(M)</sup>, Maria Carrilho desenvolveu estudos de carácter sociopolítico de inegável interesse, um dos quais é a sua dissertação de doutoramento, que ultrapassa, todavia, a realidade salazarista, procurando entender, numa visão larga, o papel dos militares nas mutações políticas do século XX <sup>(55)</sup>. E, muito recentemente, José Medeiros Ferreira apresentou uma dissertação de doutoramento sobre o comportamento dos militares na vida política portuguesa, abrangendo igualmente todo o presente século <sup>(56)</sup>.

Os temas da cultura e da educação, ligados a questões ideoló-

<sup>(52)</sup> Foi realizado um primeiro estudo sobre o "Serviço Social" — cfr. Anabela Carvalho e Helena Mouro, *Serviço Social no Estado Novo*, Coimbra, Centelha, 1987.

<sup>(53)</sup> Moisés de Lemos Martins, *O Olho de Deus no Discurso Salazarista*, Porto, Afrontamento, 1990.

<sup>(M)</sup> "The Military and Portuguese Dictatorship, 1926-1974: the Honor of the Army", in Lawrence S. Graham e Harry M. Makler (eds.), *Contemporary Portugal*, Austin, University of Texas, 1979, pp. 191-219.

<sup>(55)</sup> Vide "Origens Sociais do Corpo de Oficiais das Forças Armadas ao longo do Século XX", in *A Formação de Portugal Contemporâneo, Análise Social*, n.ºs 72-73-74, p. H55 ss., e *Forças Armadas e Mudança Política em Portugal no Século XX (para uma Explicação Sociológica do Papel dos Militares)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985.

<sup>(56)</sup> *O Comportamento Político dos Militares — Forças Armadas e Regimes Políticos em Portugal no Século XX*, Lisboa, Estampa, 1992.

gicas e mentais, constituem também amplos e complexos campos de investigação. Nessa área foi realizado um notável trabalho pela socióloga Maria Filomena Ménica — trata-se da obra, publicada já em 1978, *Educação e Sociedade no Portugal de Salazar* (57), que teve, até certo ponto, como antecedentes as experiências de Maria de Fátima Bivar e de Maria Carlos Radich (58). Pela nossa parte, conforme já dissemos, temos vindo a procurar descodificar o discurso histórico do Salazarismo, sobretudo na nossa obra, publicada em 1989, *História e Ideologia*. Mas, entretanto, deve destacar-se neste domínio, embora a sua análise não ultrapasse o final dos anos 30 e remonte ao termo do século XIX, a recente tese de mestrado de Sérgio Campos Matos, orientada por João Medina, *História, Mitologia, Imaginário Nacional A História no Curso dos Liceus (1895-1939)* (59). A Universidade, na sua aliança sagrada com o regime durante largos anos e, depois, no seu período de crise, é uma zona particularmente importante a que igualmente nos temos dedicado. Alguns trabalhos "militantes", apesar das pretensões científicas que aparentam e de serem de indiscutível utilidade como testemunhos, têm surgido neste campo (60), onde começam igualmente a aparecer estudos de interesse, mais ou menos próximos de uma metodologia historiográfica (61).

Na área cultural destacam-se também, pelas suas características próprias, as artes. O tema tem sido analisado sobretudo no campo das artes plásticas. Deve-se a José-Augusto França as grandes sínteses sobre a arte do século XX (62) e a investigação e a direcção de teses sobre temas mais especializados, de que se tem de destacar a dissertação de doutoramento recentemente apresentada por Margarida

(57) A obra referida foi publicada pela Editorial Presença.

(58) Maria de Fátima Bivar, *Ensino Primário e Ideologia*, Dom Quixote, 1971; Maria Carlos Radich, *Temas de História em Livros Escolares*, Porto, Afrontamento, 1979.

(59) A tese foi publicada pelos Livros Horizonte, de Lisboa, em 1990.

(60) É o caso da obra de Celso Cruzeiro, *Coimbra, 1969*, Porto, Afrontamento, 1989.

(61) Cite-se o caso da obra de Nuno Caiado, *Movimentos Estudantis em Portugal. 1945-1980*, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento, 1990, e do interessante artigo de Paulo Fontes, "As Organizações Estudantis Católicas e a Crise Académica de 1956-1957", in *Universidade(s). História, Memória, Perspectivas*, vol. 5, p. 457 ss.

(62) *A Arte no Portugal do Século XX. 1911-1961*, Lisboa, Bertrand, 1984 (2ª. ed.), e *A Arte e a Sociedade Portuguesa no Século XX (1911-1990)*, Lisboa, Horizonte, 1991.

Acciaiuoli <sup>(63)</sup>. E deve-se também a José-Augusto França a programação da notável exposição, apresentada em 1982 na Fundação Calouste Gulbenkian, *Arte Portuguesa. Anos Quarenta* <sup>(64)</sup>. Por sua vez, Artur Portela é autor de uma síntese na colecção de divulgação do I.C.A.L.P., "Biblioteca Breve", que tem o mérito de colocar frontalmente, embora discutivelmente, a questão da relação directa das artes plásticas com a política salazarista <sup>(65)</sup>. Não é área em que esteja à vontade para formular opiniões; no entanto, não deixo de me interrogar porque é que não se tem analisado a questão da "Cidade Universitária de Coimbra", que me parece dos problemas mais curiosos, em termos de história social da arte e do urbanismo, do Salazarismo, não só porque Salazar manifestou um particular interesse pela obra, mas também porque — fenómeno quase inédito — ela veio a alterar profundamente, do ponto de vista urbano e social, o núcleo de uma cidade. De tal forma esta problemática foi esquecida que não se conhecia de todo o paradeiro do espólio da Comissão de Obras da Cidade Universitária de Coimbra, que jazia numa cave de Lisboa, onde o fui encontrar no ano passado e donde vai ser transferido para o Arquivo da Universidade.

Claro que muitos mais temas deverão merecer a atenção dos historiadores do Estado Novo e do Salazarismo. Esta breve reflexão, necessariamente lacunar, apenas teve como objectivo referir algumas áreas e temas que nos ocorreram. Poderíamos acrescentar tantos outros! Alguns até que estão a ser sondados por nossos alunos em fase experimental ou até que nos suscitam directamente o interesse de investigação. Por exemplo: o estudo sistemático do movimento católico de Coimbra, através da análise da documentação quase abandonada do antigo C.A.D.C., hoje Instituto Justiça e Paz <sup>(66)</sup>; a análise da imagética, de que a Biblioteca Nacional nos deu uma ideia

C<sup>3</sup>) *Os Anos 40 em Portugal. O País, o Regime e as Artes. "Restauração" e "Celebração"*, dissertação de doutoramento apresentada na Universidade Nova de Lisboa, 2 vols., 1991.

<sup>(64)</sup> O catálogo foi publicado em 2 vols, pela Fundação Gulbenkian.

<sup>(65)</sup> *Salazarismo e Artes Plásticas*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1982.

<sup>(66)</sup> O tema foi sondado por três alunos do mestrado de História Contemporânea de Portugal da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, João Paulo Avelãs Nunes, António Rafael Amaro e Jorge Seabra, em trabalhos orientados pelo Prof. Manuel Augusto Rodrigues, que vão ser publicados na colecção "Estudos".

das potencialidades, através de uma exposição dos cartazes de propaganda política, apresentada em 1988 <sup>(67)</sup> ; o significado da "fotografia oficial", que já foi objecto da atenção de uma jovem investigadora, Fernanda Rollo <sup>(68)</sup>, para além de ter sido analisada (com certo interesse documental, deve dizer-se) pela obra pró-salazarista do "Centenário" da morte de Salazar, de Manuel Maria Murias <sup>(69)</sup>, e que poderia vir a interessar o único historiador que se tem verdadeiramente dedicado ao estudo deste documento, António Pedro Vicente — a fototeca do Palácio Foz pode ser um importante ponto de partida para essa análise, embora sejam inúmeras as obras oficiais onde poderemos encontrar este tipo tão peculiar de fonte; o cinema é também uma área do maior interesse estudar, na sua relação complexa com a ideologia do Estado Novo ou com outras ideologias concorrentes e opostas — trata-se de um campo em que já se realizaram algumas sondagens, embora com um certo carácter militante <sup>(70)</sup>, e em que, graças ao apoio da Cinemateca Portuguesa C<sup>1</sup>), alguns orientandos meus fizeram ou estão a fazer interessantes experiências de análise, que esperamos poder vir a publicar <sup>(72)</sup>; os *mass media* começaram a ocupar um lugar muito importante na propaganda salazarista — daí o interesse em estudar a Rádio (recorde-se que foi então criada a Emissora Nacional) e mesmo a Televisão, e, naturalmente, a imprensa

<sup>(67)</sup> *Cartazes de Propaganda Política*, Catálogo organizado por Helena Pinto Janeiro e Isabel Alarcão e Silva, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1988.

<sup>(8)</sup> "Salazar através da Fotografia", in *Salazar e o Salazarismo oit.*, p. 219 ss.

<sup>(69)</sup> *Salazar. Edição do Centenário*. Introdução e coordenação de Manuel Maria Múrias, Lisboa, Edições Referendo, 1989.

<sup>(70)</sup> Vide Eduardo Geada, *O Imperialismo e o Fascismo no Cinema*, Lisboa, Moraes, 1977, e Lauro António, *Cinema e Censura em Portugal*, Lisboa, Arcádia, 1978.

<sup>(71)</sup> Recordar-se aqui o apoio que nos foi gentilmente prestado pelo malgrado Luís de Pina, antigo director da Cinemateca, a quem se devem alguns textos de divulgação sobre o cinema português, pelo actual director, João Bénard da Costa, também autor de um recente livro divulgativo, por José de Matos-Cruz, autor de importantes catálogos, e por Joana Pimentel, que directamente nos tem aberto as portas para o visionamento de alguns filmes de arquivo.

C<sup>2</sup>) Já referimos atrás o ensaio de Álvaro Garrido, "Coimbra e as Imagens do Cinema no Estado Novo", que vai ser publicado, com outros dois ensaios, sobre temática diferente, pelas edições da Faculdade de Letras de Coimbra. Jorge Seabra está a realizar uma tese de mestrado, sob minha orientação, acerca do tema "O cinema e a ideia de Império no Estado Novo"<sup>M</sup>.

periódica, que se publicava durante o Estado Novo — jornais oficiais e oficiosos, de movimentos de opinião favoráveis ou contrários ao regime (católicos, integralistas, nacional-sindicalistas, republicanos, comunistas...), nacionais ou regionais, etc.; a análise das revistas, de divulgação ou de cultura <sup>(73)</sup>, de que se destaca, na "oposição", a *Seara Nova*, sobre a qual já realizaram alguns estudos António Ventura, embora para um período inicial e ainda com algumas ambiguidades, de 1921 a 1927, e Sottomayor Cardia, em termos essencialmente antológicos e também, sensivelmente, em relação ao período citado <sup>(74)</sup>; a relação entre o Estado Novo e os intelectuais estrangeiros, que lhe foram favoráveis — como Jacques Ploncard d'Assac e os tradicionalistas franceses, ou como o integralista brasileiro Plínio Salgado — ou desfavoráveis — como José Jobim, que entrevistou no Brasil Afonso Costa, ou o embaixador Álvaro Lins, ou o catedrático espanhol Miguel Unamuno; o estudo prosopográfico das grandes figuras salazaristas ou dos militantes da oposição, ou a análise bio-ideográfica de personalidades significativas do regime ou contrárias a ele, ou que passaram de um campo para outro, ou daquelas que não se identificando exactamente com o sistema tiveram com ele ligações significativas e significantes — são os casos de António Ferro (que foi estudado numa obra de divulgação por Raquel Pereira Henriques <sup>(75)</sup>), numa tese de mestrado por Ernesto Castro Alves <sup>(76)</sup> e está a ser objecto de uma pesquisa sistemática por parte de Artur Portela) ou de Pedro Theotónio Pereira, de Carneiro Pacheco ou de Mário de Figueiredo, de João Ameal ou de Alfredo Pimenta, de

<sup>(73)</sup> Um estudo geral sobre as revistas de cultura do século XX foi realizado por Clara Rocha, *Revistas Literárias do Século XX em Portugal*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.

<sup>(74)</sup> António Ventura, *O Imaginário Seareiro. Ilustradores e Ilustrações da Revista Seara Nova (1921-1927)*, Lisboa, Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989; *Seara Nova. Antologia. Pela Reforma da República, 1921-1926*. Organização, Prefácio e Notas de Sottomayor Cardia, 2 vols., Lisboa, Seara Nova, 1971 e 1972. A obra prometia mais dois volumes, correspondentes aos períodos de 1927-1939 e 1940-1958, que, infelizmente nunca chegaram a ser publicados

<sup>(75)</sup> António Ferro (*Estudo e Antologia*), Lisboa, Alfa, Testemunhos Contemporâneos, 1990.

<sup>(76)</sup> A dissertação tem como título *Tempo político e Imaginário Social de António Ferro* e, segundo informações recolhidas, está prestes a ser publicada (*Jornal de Letras*, 7.4.1992).

Craveiro Lopes ou de Botelho Moniz, de Cunha Leal, de Arlindo Vicente ou de Norton de Matos, de Humberto Delgado ou de Henrique Galvão, de Rolão Preto <sup>i77</sup>) ou de Cabral Moneada...

Enfim, há um longo caminho a percorrer...!

Ele demorará muitos anos a palmilhar. Contudo, espero que o volume VII da *História de Portugal*, sob a direcção de José Mattoso, dedicado ao Estado Novo e que será da autoria Fernando Rosas, que é sem dúvida um dos mais fecundos historiadores do tema — ele promete também para breve um "Dicionário do Estado Novo" —, ou o volume XII da "Nova História de Portugal", dirigida por Joel Serrão e Oliveira Marques, possam vir já a incluir, quando publicados, alguns dos novos aportamentos resultantes de pesquisas especializadas e abrir as portas para outros trabalhos.

No entanto — repetimos — a primeira fase de pesquisa não deixou de se evidenciar como fecunda, tendo nela colaborado não só historiadores, mas também sociólogos, economistas, politólogos, juristas e até jornalistas, que (diga-se) foram dos primeiros em Portugal a desbravar certas áreas, como são os casos de José António Saraiva, Fernando Antunes ou Freire Antunes <sup>(78)</sup>. Mas não se deve perder de vista a tipicidade da metodologia histórica, pois só ela pode com rigor analisar o passado, que, felizmente — seja-me permitido falar assim, na qualidade de cidadão ou de historiador que não diz abdicar da sua ideologia quando faz História, recusando, todavia, fazer desta um precipitado ideológico —, é já o Estado Novo, embora talvez o seja menos o Salazarismo. Importa, pois, sermos *historiadores*, ainda que toda a investigação moderna nas ciências sociais implique necessariamente um esforço de interdisciplinaridade.

5. Deixei propositadamente para o fim, embora aparentemente

C77) Está em fase muito adiantada a tese de doutoramento de Costa Pinto sobre Rolão Preto e o Nacional-Sindicalismo.

<sup>(78)</sup> Recordem-se os textos de J. A. Saraiva, *Do Estado Novo à Segunda República, Crónica de um Tempo Português*, Lisboa, Bertrand, 1974, de Lopes Arriaga (pseudónimo do jornalista Fernando Antunes), *Mocidade Portuguesa. Breve História de uma Organização Salazarista*, Lisboa, Edições "Terra Livre", 1976, e de José Freire Antunes, *A Desgraça da República na Ponta das Baionetas. As Forças Armadas do 28 de Maio*, Lisboa, Bertrand, 1978. Deve-se a este autor a publicação recente da obra *Kennedy e Salazar, o Leão e a Raposa*, Lisboa, Difusão Cultural, 1991.

devesse ter começado por aqui e já lhe tivesse feito atrás algumas referências ocasionais, o problema das fontes. A questão é complexa e — quase diria — "misteriosa". Por isso só irei dedicar ao assunto umas brevíssimas palavras.

Os arquivos dos ministérios contêm muita documentação importante do Estado Novo para as respectivas áreas de influência política. Aliás, os investigadores que em Portugal apresentaram os seus doutoramentos pesquisaram em alguns deles, bem como nos arquivos da União Nacional e da P.I.D.E./D.G.S., que, segundo julgo, ainda se encontram em Caxias, bem como os espólios da Mocidade Portuguesa e da Legião, estando agora a ser trabalhados por arquivistas do Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde deverão ser guardados. Por sua vez, o Arquivo da Assembleia da República conserva a documentação da antiga Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa. Os chamados "Arquivo Salazar" e "Arquivo Marcello Caetano" encontram-se ainda na Biblioteca Nacional de Lisboa, onde foram catalogados devido à organização da arquivista Madalena Garcia e de que acaba de ser publicado um catálogo. Deverão, em breve, ser transferidos (segundo o decreto-lei n.º 279/91, de 9 de Agosto) para a Torre do Tombo. Mas manter-se-ão provavelmente as dificuldades da sua consulta, problemas para que têm chamado por várias vezes a atenção alguns investigadores<sup>(79)</sup>. Por outro lado, para além de outros espólios não catalogados e, por isso, de conteúdo desconhecido, está também na referida Biblioteca Nacional documentação relativa à Censura<sup>(80)</sup>. O arquivo do antigo S.P.N./S.N.I. — de acordo com informações que colhi<sup>(81)</sup>, apesar de até ao momento não ter conseguido ter acesso à sua consulta — encontra-se num depósito em Queluz. Mas não devemos esquecer os arquivos estrangeiros, ainda — segundo julgo — em grande parte por explorar. Na verdade, se exceptuamos os arquivos americanos, graças à

<sup>(79)</sup> Vide, por exemplo, o recente artigo de Fernando Rosas, "Transferência do Arquivo Salazar à espera do cumprimento da lei", in *Diário de Notícias*, 19.1.1992.

<sup>(80)</sup> Agradeço estas informações aos directores da Torre do Tombo e da Biblioteca Nacional, Professores Jorge Borges de Macedo e Maria Leonor Machado de Sousa, que prontamente quiseram ter a gentileza de responder à minha solicitação nesse sentido.

<sup>(81)</sup> Devo ao Dr. Mário Braga, a quem reconhecida mente agradeço, esta informação.



investigação jornalística de Freire Antunes <sup>(82)</sup>, um pouco os arquivos ingleses, devido às pesquisas de Vilaverde Cabral e em certa medida aproveitadas por Fernando Rosas <sup>(83)</sup>, e, sobretudo, os arquivos espanhóis, explorados especialmente por Hipólito de la Torre Gomez e César Oliveira <sup>(M)</sup>, há ainda muito por desbravar. No entanto — salvo melhor informação — continuam por investigar os arquivos alemães, italianos, franceses ou brasileiros. Pela nossa parte, tentámos no Vaticano ter acesso aos documentos da nunciatura, mas, infelizmente, só se encontram abertos até 1922. E há ainda que contar, obviamente, com os arquivos particulares, alguns dos quais já foram abordados por investigadores.

Enfim, penso que se torna difícil não só ter acesso à documentação, mas até saber onde ela se encontra ou mesmo se ela existe. Sobretudo agora que foi extinta a Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, criada em 1978 pelo Decreto-Lei n.º 110, que foi pena não ter dado a conhecer um roteiro, ainda que provisório, da documentação existente ou que pôde compulsar, mas que ainda assim nos deu a conhecer um número significativo de fontes. Aliás, a minha experiência com a documentação da "Cidade Universitária de Coimbra" prova-me que só a boa sorte nos poderá levar a encontrar certa documentação e apenas a dedicação de quadros e funcionários permite que não se extravie ou deteriore <sup>(85)</sup>.

<sup>(82)</sup> Vide José Freire Antunes, *Kennedy e Salazar*; Lisboa, Difusão Cultural, 1991.

<sup>(83)</sup> Vide Fernando Rosas, *O Salazarismo e a Aliança Luso-Britânica*, Lisboa, Fragmentos, 1988. Aí se refere um trabalho inédito de Vilaverde Cabral, *Do Golpe de 28 de Maio à Institucionalização da Ditadura Fascista, segundo o Foreign Office*, Lisboa, 1981.

<sup>(84)</sup> Vide Hipólito de la Torre Gómez, *Do "perigo Espanhol" à Amizade Peninsular. Portugal-Espanha. 1919-1930*, Lisboa, Estampa, 1985, e César Oliveira, *Salazar e a Guerra Civil de Espanha*, Lisboa, O Jornal, 1987.

<sup>(85)</sup> Devo, efectivamente, à fortuna de ter falado com as pessoas certas o facto de ter encontrado, quando a procurei, conjuntamente com a minha aluna Maria Luisa Fernandes, a documentação da C.A.P.O.C.U.C. (Comissão Administrativa para as Obras da Cidade Universitária de Coimbra), num depósito situado na Praça de Alvalade. Agradeço, por isso, ao Professor António Pedro Vicente e à Dr.ª. Elvira Brandão terem-me sugerido a pista certa, e aos Engenheiros Fernando Mateus Neto e Louza Viana terem-me gentilmente aberto as portas das referidas instalações e dado todo o apoio às minhas buscas.

Porém, não devemos pensar em fontes históricas somente como documentos manuscritos ou dactiloscritos. Não nos podemos esquecer que o Estado Novo teve uma produção oficial, impressa, fotográfica, radiofónica, cinematográfica, televisiva, verdadeiramente impressionante, já que a propaganda teve um papel importantíssimo nos sistemas "fascistas" e o Salazarismo neste aspecto não constituiu excepção. Também esse material deve, pois, ser preservado e catalogado.

Em conclusão, já que não houve o cuidado de tentar reunir num centro toda a documentação, ou pelo menos toda a informação, referente ao Estado Novo e ao Salazarismo-Marcelismo, de forma idêntica ao que tem sucedido com o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, importa, pelo menos, lutar pela preservação do património documental e elaborar um guia onde se reúna toda a informação sobre a sua localização e meios de acesso. Algo idêntico ao excelente *Guia de História da República Portuguesa*, de Oliveira Marques (86). Aliás, julgo que neste caso é importante o esforço de todos, já que o Estado Novo deve, acima de tudo, ou apenas, ser considerado agora como um objecto científico.

Espero que em anos próximos possa ser organizado um encontro de todos os investigadores que se dedicam ao tema — não simples investigadores de ocasião, mas verdadeiros profissionais — para discutir estas e outras questões. É uma proposta que pretendo vir a apresentar aos contemporaneístas que se dedicam à história do Estado Novo. E pela parte dos investigadores de Coimbra ou ligados a Coimbra há um esforço no sentido de construir verdadeiros projectos de investigação, um dos quais diz respeito à organização de uma bibliografia orientadora, do tipo da que recentemente foi realizada para o Fascismo Italiano por Renzo de Felice (87).

#### 6. Termino com uma sentida palavra dirigida ao homenageado.

Estou certo que o Professor Víctor de Sá, que foi perseguido durante o Estado Novo, mas que é também um historiador e um homem de cultura — e é nesta dupla qualidade que sobretudo o desejamos agora saudar —, gostaria, mais do que ninguém, de ver erguido um projecto desses, que possibilitasse o estudo cada vez

(86) *Guia de História da República Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1981.

(87) Renzo de Felice, *Bibliografia Orientativa del Fascismo*, Roma, Bonacci, 1991.

mais rigoroso deste período histórico, que não queremos esquecer e sim conhecer cada vez melhor. E a história só se conhece bem através da ciência e não de considerações apaixonadas, por mais que elas se possam justificar.

P.S.: Pela sua natureza — "ponto da situação" da problemática historiográfica actual sobre o Estado Novo — este texto tem tendência para se desactualizar. Apesar de ter sido já corrigido em alguns pontos, detectei-lhe ainda, quando o verifiquei em últimas provas, em Novembro de 1992, algumas imprecisões e lacunas. Para não o alterar mais — desfigurando-lhe até por ventura o seu sentido, como texto datado que foi — permito-me aqui introduzir apenas alguns aditamentos, em matéria que me pareceu mais importante. Esclareço, porém, que esta síntese, despida do carácter de homenagem ao Professor Victor de Sá e com outras actualizações, vai ser publicada nas actas do *5th. Meeting, "Portuguese Studies in International Perspective"*, realizado em Sintra, de 10 a 13 de Junho de 1992, onde foi apresentada.

1. Pág. 538: Acaba de sair uma pequena obra de Costa Pinto, que constitui uma sùmula dos seus textos de reflexão sobre o tema: *O Salazarismo e o Fascismo Europeu. Problemas de Interpretação nas Ciências Sociais*, Lisboa, Estampa, 1992.
2. Pág. 541: Da obra *Portugal Contemporâneo*, dirigida por António Reis, já foi também publicado o volume 4, referente ao período mais importante do Estado Novo.
3. Pág. 550: Acaba de ser publicado o volume XII da "Nova História de Portugal", coordenado por Fernando Rosas e que contou com a colaboração, entre outros, de César Oliveira, Medeiros Ferreira, M. Braga da Cruz, Sacuntala de Miranda, Brandão de Brito, Ana Bela Nunes, António Nóvoa, Jorge Ramos do Ó.
4. Pág. 551: O "Arquivo Salazar", cujo catálogo, da autoria de Madalena Garcia, foi recentemente publicado (*Arquivo Salazar. Inventário e índices*, Lisboa, Estampa - Biblioteca Nacional, 1992), já se encontra no A.N.T.T., onde pode ser consultado pelos investigadores credenciados.